



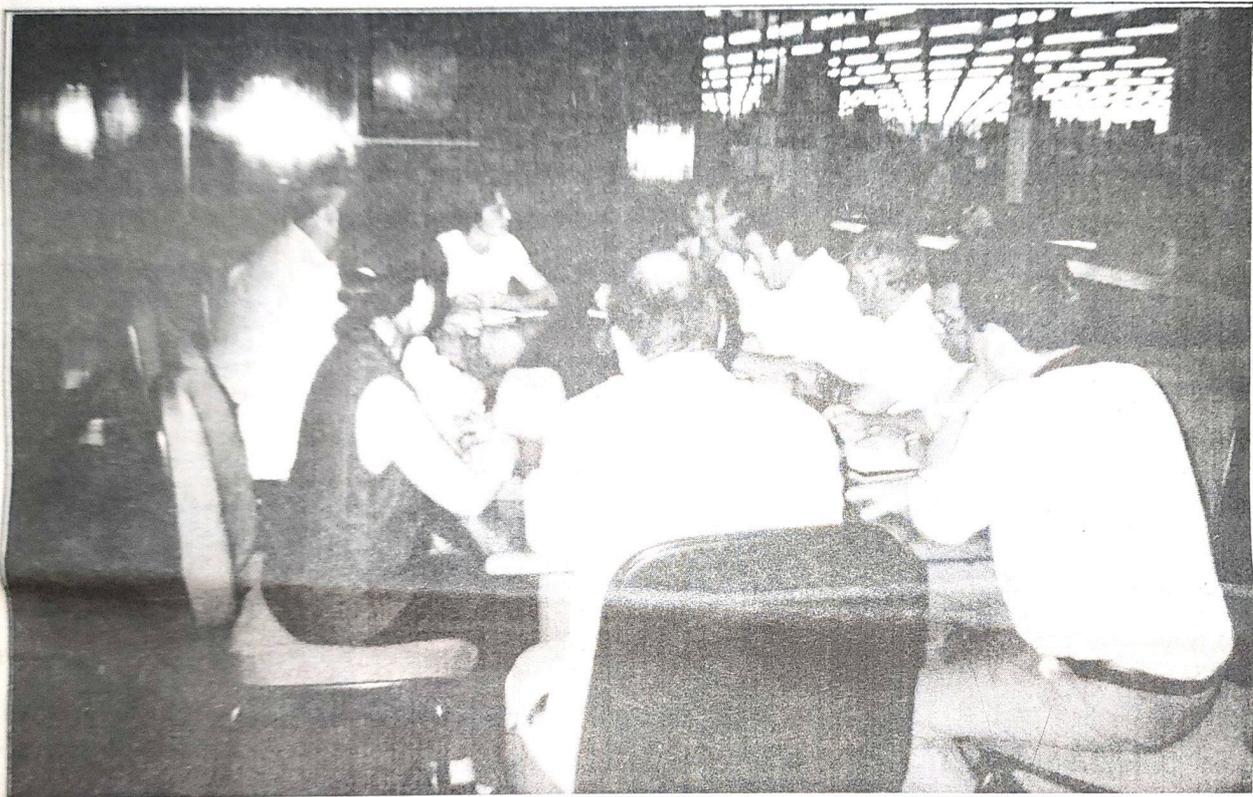
AGPTEA

ANO XXVIII - Nº 58
Porto Alegre - RS
Edição Bimestral
maio/junho 1999
Gestão 96/99

IMPRESSO

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

Fundada em 02/07/69 - Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil



Representantes da Agptea e do Conselho de Diretores de Ensino Agrícola reuniram-se na SEC/RS, em fevereiro, com a secretária Lúcia Camini

SEC recebe reivindicações dos professores de ensino agrícola

Uma comissão formada por representantes da diretoria da AGPTEA e por membros do Conselho de Diretores das Escolas Agrícolas do estado, foram recebidos na Secretaria Estadual da Educação pela secretária Lúcia Camini e pelo Diretor da Suepro, Gabriel Grabowski, no dia 20 de fevereiro, passado. Entre os diferentes pedidos encaminhados na pauta de reivindicações, os assuntos tratados com maior preocupação pelos professores foram sobre os atrasos dos repasses das verbas trimestrais, pois desde o governo anterior que as escolas estão passando dificuldades para manter, em dia, os compromissos assumidos com os fornecedores, e isto, compromete, principalmente, a alimentação dos alunos do internato, que somam, no Estado, cerca de 4 mil estudantes.

O outro destaque solicitado foi para a criação de um curso, gratuito, regular de Licenciatura Plena para formar professores de ensino agrícola. Justificando o pedido, o presidente da AGPTEA, Nedi Jacondino, disse que isto também oportunizaria um espaço alternativo de estudos para habilitar os educadores que já estão trabalhando nas escolas, sem diploma universitário.

O presidente do Conselho dos Diretores, Delcir Santin, entende que os atrasos das verbas trimestrais vem prejudicar a administração escolar, uma vez que os orçamentos, ao final de cada trimestre, ficam comprometidos.

A titular da SE/RS, Lúcia Camini, disse que o Governo Estadual assume o compromisso de levar adiante o diálogo com a Direção da AGPTEA e do Conselho de Diretores das Escolas Agrícolas e

garantir uma relação de respeito e transparência, na busca dos problemas mais graves que afetam a educação no estado, e que o ensino agrícola é uma das prioridades do governo. "Esses pontos devem ser tratados também com maior abrangência na Constituinte Escolar", lembrou Camini, acrescentando

"que pretende formalizar o curso regular, como também colocar em dia os repasses."

Gabriel Grabowski, diretor da Suepro, disse vai fazer um encontro estadual com os professores técnicos, afim de construir uma política educacional voltada para este ensino.

Capacitação de professores sem habilitação

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu, no dia 15 abril, a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no treinamento e na capacitação de professores. Há no Brasil 113 mil docentes leigos, que dão aulas apesar de terem concluído no máximo o Ensino Fundamental. Outros 710 mil, segundo dados de 1997, não têm diploma universitário.

De acordo com o Ministério do Trabalho, que integra o Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), estão disponíveis este ano R\$ 307 milhões para qualificação de trabalhadores no país. A proposta da presidente do Inep busca intensificar a formação de professores para atuar nas chamadas classes de aceleração, em que um ano pode ser cursado em apenas um semestre.

Olívio descarta aumento para o magistério

Página 03

Culturas indicadas para consorciar com laranjas

Página 04

Escola Agrícola de Teutônia vai sediar ESBEA

Página 07



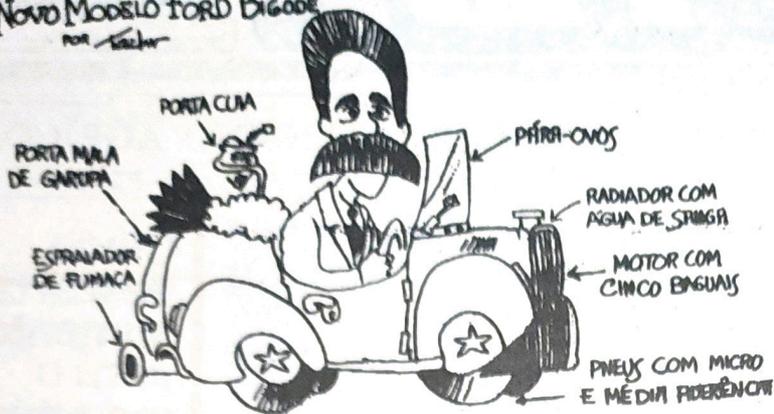
Gado sofre com a doença

A cãimbra em bovinos pode ser hereditária

Página 11

HUMOR

NOVO MODELO FORD BIGODE
por *Teófilo*



O QUE VEMOS E O QUE FAREMOS ?

Prof. Antônio Hêlvio Ilha (ex-presidente da AGPTEA)

Estamos próximos ao terceiro milênio, e o que vemos é uma profunda destruição do planeta terra, bombardeios, ataques aéreos, guerras espalhadas por várias nações, países gastando bilhões de dólares em instrumentos de morte, enquanto os trabalhadores vêm seus salários cada vez mais rebaixados, seus empregos perdidos, pessoas morrendo nas filas dos hospitais, falta de vaga para seus filhos nas escolas, professores mal remunerados, desmotivados e consequentemente despreparados para o exercício de transformação de uma sociedade mais justa. A violência nas ruas cada vez aumenta mais, fruto da miséria e da desinformação. O que mais nos indigna é ver nossos governantes entregarem o patrimônio nacional, nossas riquezas, engordando mais os cofres dos agiotes internacionais, são bilhões que vão para o fundo monetário internacional e para os bancos estrangeiros, para pagar uma dívida que já foi paga e ainda assim segue crescendo.

Os recursos para agricultura são minguados, a reforma agrária cada vez mais distante, o ensino agrícola desprestigiado, desmontado e um êxodo rural que não cessa. Este é o quadro de uma nação com vastas riquezas naturais e um clima invejável, com capacidade de produzir alimentos para toda a humanidade. Temos que derrubar do poder esses governantes que chegam a raiais da desumanidade e da insanidade governamental.

É estarrecedor assistir a oposição, ou seja, a direita do Rio Grande do Sul, arrebatar miseráveis e desempregados da Grande Porto Alegre, para protestarem em frente ao Palácio Piratini, para que o Governo Gaúcho libere dos cofres públicos dinheiro para as maiores multinacionais do mundo (Ford e GM), em detrimento da saúde,



Hêlvio prega mudanças profundas

de, agricultura, educação e empresas nacionais, como se elas fossem resolver os problemas do desemprego em nosso Estado e como se essas pessoas que participaram desta manifestação fossem conseguir empregos nestas megas empresas em que seus principais empregados são os robôs.

O que faremos? Somente com nossa organização, com o pé nas ruas, poderemos dar um basta na política desenhada pelo FHC, que vendeu a Vale do Rio Doce e tudo o mais que pode, para pagar juros aos agiotes internacionais, gerando um País cada vez mais pobre, com uma legião de desempregados.

Finalmente, as diretrizes ditas pelo FMI e o Banco Mundial, trouxeram conseqüências nefastas e desastrosas, aumentando a recessão e provocando o maior índice de desemprego já visto. Também está bem claro que o FHC representa para nos brasileiros, o agente direto de interesses dos espoliadores internacionais.

Pergunta-se: Você vai ficar inerte diante de todos estes fatos ?

Organize-se e participe. Não perca o IV ESBEA (IV Encontro Sul Brasileiro de Ensino Agrícola), em Teutônia, RS.

AGPTEA

30 ANOS DE LUTA

EDITAL

Porto Alegre, 24 de abril de 1999

Nº: 01/99

Assunto: Eleição da Diretoria

O presidente da Associação Gaúcha de Professores Técnicos do Ensino Agrícola, cumprindo as normas regimentais do Estatuto da Entidade, convoca os sócios para a "Assembléia Geral Ordinária", na data de 03 de junho do corrente ano, às 19:30 horas, na Escola Agrícola de Teutônia, em Teutônia, com a seguinte ordem do dia:

- 1) Assuntos Gerais
- 2) Eleição da Nova Diretoria - Gestão 1999/2002.

O processo eleitoral será realizado da seguinte forma:

- a) eleição da Comissão Eleitoral;
- b) apresentação de candidatos e formação de chapas;
- c) escolha da forma de votação, secreta ou aclamação;
- d) publicação dos resultados;
- e) a posse da Nova Diretoria, de acordo com o Estatuto, se dará na primeira quinzena de julho;

Obs: Todas estas etapas serão realizadas no dia da Assembléia Geral.

Colega, a tua participação é de extrema importância, pois o destino do "Ensino Agrícola" depende de todos. Compareça!!

Atenciosamente

Nedi Jacondino
Nedi Jacondino
Presidente

AGPTEA

30 ANOS DE LUTA

Associação Gaúcha de Professores
Técnicos de Ensino Agrícola

Fundada e 02/07/69 - Registrada sob o Nº 5418 - CGC 90027848/0001-05
Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102
Av. André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - POA - RS - Brasil
Fone: (051) 225-5748

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Nedi Almeida Jacondino
Vice-Presidente Educacional
Anselmo Kuhn
Vice-Presidente Financeiro
Nelmo Malta Gutterres
Secretário Geral
Antônio João Barbosa
Primeiro Secretário
Aldir Antônio Vicente
Tesoureiro Geral
Hilário Luiz Klein
Primeiro Tesoureiro
João Paulo Scaramussa

CONSELHO FISCAL

Jader dos Santos Souza
Rudi Von Saltiel
Heitor Tomé da Rosa

Suplentes
Bento Cláudio Pereira
Jane Vieira da Cunha
Wilson Antônio Arruda

CONSELHO CONSULTIVO

Luiz Calvete Correa
Inácio Gomes Moreira
Antônio Hêlvio de S. Ilha

Edição, diagramação e o projeto gráfico deste informativo é de Wilson Arruda F^o e Letiano Ilha

BASTIDORES

Vilson Arruda Fº

Esquecimento?

O projeto do orçamento plurianual que o governo do estado enviou para a Assembleia Legislativa não contempla aumento de salário para o funcionalismo e magistério, nos próximos 4 anos.

Contrasenso

O governador Olívio Dutra (PT) diz que para dar aumento agora não tem dinheiro, porém contratou cerca de 30 pessoas para trabalhar no Orçamento Participativo, com um custo mensal de R\$ 75,8 mil, sendo que os salários variam de R\$ 1 mil a 3 mil reais, somados as diárias.

Concluímos, que dinheiro tem. É só questão de prioridade.

Convênio IPE

Os professores e funcionários públicos terão anestesia gratuita nos hospitais da Ulbra, no Ernesto Dornelles e na Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre. O convênio foi firmado pelo presidente do IPE, professor Eliezer Pacheco e com os diretores das respectivas casas de saúde.

Os professores do interior e capital também reivindicam convênio do órgão com ortodontistas, para aquisição de aparelhos corretivos.

Compromisso com o ensino agrícola

Recebi carta de Claudiomir Silva Santos, bacharel em Licenciatura em Ciências Agrárias na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde externou o compromisso da nossa Associação (AGPTEA) com o ensino agrícola.

Prezados Senhores

Em primeiro lugar gostaríamos de parabenizá-los pelo trabalho desenvolvido em prol do Ensino Agrícola no Brasil, pois mesmo em momentos difíceis, aí estão vocês lutando pelo mesmo, quer seja nos mais diversos eventos no Brasil, ou aí mesmo no Rio Grande do Sul, dando uma prova de resistência ao governo anterior, que queria desestruturar todo o Ensino Agrícola no RS. Este exemplo poderia e deveria ser seguido em outros estados, mas o que vemos é um descomprometimento de diversos setores da sociedade. O que presenciemos são discursos inflamados. Mas quando se trata de ação propriamente dita as pessoas recuam, pois sair falando é muito fácil e na hora de agir todos pulam fora. Poderíamos dizer que são os pseudo democráticos que muito nos rodeiam e, é fácil conhecê-los pois são os percursoros de discursos inflamados e convincentes para alguns imediatistas.

Aproveite o momento para parabe-

nizá-los pelo Jornal da AGPTEA, que a cada edição está muito melhor, podemos dizer que este informativo, hoje, é o maior instrumento de divulgação do Ensino Agrícola a nível de Brasil, com artigos independentes, críticos e principalmente realista, sem meios termos, dizendo sempre a verdade sobre a situação do, nosso quase morto, Ensino Agrícola. Nós aqui da Universidade Rural do Rio de Janeiro sempre contamos com este importante meio de comunicação, para divulgação de nossos trabalhos a nível de Brasil e bem como se interar dos fatos relacionados com a educação agrícola.

Informo também que estamos empenhados na organização do VII ENEA/IV SENAG para construir um Evento bastante crítico, independente, imparcial e que atendam as expectativas de todos os participantes que aqui vierem.

Aproveite o momento para parabenizá-los pelos 30 anos de fundação da AGPTEA, que nestas três décadas tem lutado e muito em prol da educação agrícola no Brasil.

Um grande abraço a Todos.

Claudiomir Silva Santos
Comissão Organizadora do VII ENEA/UFRRJ

Eleição no Cpers/S

O presidente da AGPTEA, Nedi Jacondino, é um dos sete membros que vai compor a Comissão Eleitoral do maior sindicato da América do Sul, o Centro de Professores do RS (Cpers). Em tempo: a eleição, que será realizada nos dias 22 e 23 de junho, levará às urnas cerca de 83 mil professores.



Eleição na AGPTEA

Por proposta deste colunista e sócio, a eleição para os cargos da AGPTEA voltará a ser realizada em encontro de professores. A eleição que vai escolher os dirigentes da nossa Associação vai acontecer no Encontro Estadual, no Colégio Agrícola de Teutônia, no próximo dia 3 de junho.

Isto nos coloca dois desafios: primeiro, o de reconstruir a Direção de nossa Entidade, em suas instâncias, para continuar na organização democrática e, o segundo, é de aprofundar a nossa participação. Organize a sua chapa e participe.

Reconhecimento

A pesquisa realizada pela RBS e UFRGS apontou a Secretaria da Educação (SEC) o ponto alto, nos primeiros 100 dias do novo governo do estado. Assim, a secretária Lúcia Camini, ex-presidente do Cpers/S, vai somando pontos com a comunidade gaúcha.

Olívio descarta aumento para o magistério em 99

Os professores do estado do Rio Grande do Sul iniciaram o ano letivo frustrados, pois havia expectativa de que o governador Olívio Dutra iria acenar, em março, com um reajuste salarial. A principal reivindicação do magistério, um aumento de 190%, não será atendida este ano. A informação é do secretário da Administração, Jorge Buchabqui, afirmando que por enquanto não é possível avançar na questão salarial do magistério porque não há recursos financeiros no Estado. "Estamos tentando garantir recursos para o pagamento da folha", disse.

No dia 16 abril, cerca de 3 mil professores, reunidos na primeira Assembleia Geral deste ano, no Auditório Araújo Vianna, em Porto Alegre, reafirmaram a defesa das conhecidas reivindicações e na insistência do pedido de recuperação salarial.

Na pauta os educadores pedem um vencimento básico de R\$ 377,00 - 20 horas - para professores e 353,00 - 40 horas - para funcionários de escolas, incluindo ainda questões como a revogação do novo Plano de Carreira do Magistério, vale-refeição por 20 horas, rejeição a novos descontos no salário, ressarcimento dos 2% do Fundo de Aposen-



Continua a miséria. Revisão salarial sem previsão

tadoria até 15/12/98, resgate do projeto de gestão democrática e revogação das leis que regulamentam a municipalização da educação.

Como forma de pressionar o governo os professores definiram uma paralisação no dia 4 de maio e uma assembleia para o dia 14 de maio. Uma forma de mobilização que está ganhando força no meio sindical é a não participação dos educadores ao processo da Constituinte Escolar.

Ao término da assembleia, os professores saíram em caminhada até o Palácio Piratini. A diretoria do Cpers/Sindicato foi recebida pelo governador Olívio Dutra e pelos secretários da Educação, Lúcia Canini e da Administração, Jorge Buchabqui. Olívio disse reconhecer justo o aumento dos salários, mas não sinalizou com qualquer perspectiva.

Educação não é prioridade

Estudantes vão às ruas protestar contra os cortes

Mais uma vez a educação no Brasil fica em segundo plano. O descaso do governo federal com o ensino é gritante. Os cortes orçamentários no Ministério da Educação (MEC), devido ao ajuste fiscal promovido pelo governo federal, estão atingindo justamente os que mais dependem do ensino gratuito no país e deveriam continuar sendo auxiliados pelo MEC.

Os cortes iniciaram no ano passado. Com a redução de R\$ 574 milhões no orçamento do MEC, as escolas pobres deixaram de receber repasses adicionais, que já eram minguados e terão à disposição o mesmo que era destinado aos municípios mais ricos.

Entre os programas afetados está o Dinheiro na Escola, que repassava verbas para reforma e manutenção de prédios, além de compras de equipamentos e material de consumo. Em 1998, as escolas dos 1.353 municípios do Comunidade Solidária receberam 30% a mais do que as outras. Este ano, com uma redução de quase R\$ 66 milhões na previsão dos recursos do programa, os repasses extras foram cancelados sem aviso prévio.



Alunos saíram pelas ruas de Porto Alegre, em 26 de março de 1999

No Rio Grande do Sul, a principal preocupação é com o transporte escolar, principalmente dos alunos da zona rural que estudam em escolas pólos distantes das suas regiões e dependem de condução, alertou Edni Oscar Schroeder, diretor-geral da Secretaria Estadual de Educação (SEC).

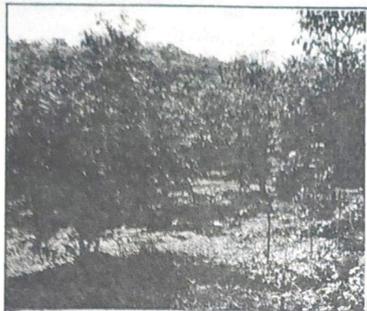
Com a palavra de ordem "Chega FHC", os caras pintados gaúchos voltaram a protestar, em março, contra o governo federal. A manifestação, que iniciou com um ato público na Esquina democrática, no Centro da Capital Portolegrense, terminou e m passeata com milhares de estudantes que saíram pelas ruas protestando contra os cortes de verbas para a educação.

O presidente da UNE, Ricardo Capelli, disse que o governo tem que investir mais no social e na educação

AGRO-EDUCAÇÃO

Culturas indicadas para consorciar com laranjas

O consórcio de plantas arbóreas com outras plantas é prática bastante utilizada, conhecida como agrossilvicultura ou agrofloresta. A engenheira agrônoma Fabiana Mongeli Peneiro, mestrada em sistemas agroflores pela Esalq - USP, Piracicaba explica que pode-se plantar, nas entrelinhas do pomar, culturas anuais, como feijão, milho e abóbora da forma convencional, como as técnicas conhecidas pelo agricultor. Este método de plantio não traz o menor prejuízo às árvores do pomar. Pelo contrário, pode até beneficiá-las.



Pomar pode ser consorciado

Na ocasião da instalação do pomar, normalmente utiliza-se espaçamento largo porque é previsto que, quando as árvores estiverem em franca produção, a copa vai ocupar determinado espaço. No caso de pomares comerciais, o espaçamento também é condicionado pela necessidade de trânsito dos implementos agrícolas. Logo que se implantem as árvores durante os primeiros anos, há, portanto, um grande espaço entre as plantas, ocupado rapidamente por ervas daninhas ou invasoras, que se aproveitam dos recursos disponíveis para a vida vegetal (água, luz, espaço e nutrientes). Estas ervas são consideradas pragas pelos agricultores, mas desempenham importante papel na "cicatrização" da terra

nua e na mobilização dos nutrientes para que estes não sejam perdidos por lixiviação ou erosão. Além disso, oferecem alimento e habitat para espécies que poderiam estar parasitando as árvores frutíferas. Por exemplo, o ácaro da laranja se alimenta preferencialmente de pólen de espécies "daninhas" porém, na falta delas, procura alimento nas laranjeiras.

Os agricultores normalmente travam uma incessante batalha contra as ervas espontâneas, utilizando herbicidas e roçadeiras. Entretanto, poderiam aproveitar o espaço ocioso do pomar com culturas de interesse, que estarão realizando as mesmas funções apresentadas acima, substituindo as "daninhas", sem necessidade de combate constante e com retorno econômico e ambiental ao produtor.

Formação integral centraliza debates

Discutir, avaliar e planejar políticas públicas para o ensino técnico-profissional no Estado é a meta do Encontro de Escolas Técnicas, realizado nos dias 23 e 24 de março no Centro Administrativo do Estado e promovido pela Superintendência da Educação Profissional do Rio Grande do Sul (Suepro) e Secretaria Estadual de Educação (SEC). Os trabalhos reúnem representantes de entidades e de estabelecimentos de ensino, direta ou indiretamente vinculados ao setor.



Nedi: presidente da Agptea

A Educação Básica de qualidade, integral e plena, necessária para fazer frente ao mundo do trabalho, deve estar articulada à educação profissional, segundo o diretor da Suepro, Gabriel Grabowski. A secretária da Educação, Lúcia Camini, ratifica e ressalva o desafio desse grande debate, "centrado no ensino público de qualidade, preocupado com a educação integral e não com as exigências momentâneas do mercado".

O ensino profissional precisa estar em sintonia com a comunidade escolar e a sociedade. Essa foi a conclusão de técnicos, professores e

diretores de escolas estaduais, municipais, particulares e federais de ensino profissional. Grabowski ressalta que foi desencadeado o processo de discussão para definir uma política pública nesta área. Conforme o diretor, a educação profissional deve estar articulada com as políticas públicas amplas e com outras, como o desenvolvimento econômico e regional sustentável, geração de renda e emprego, resgate da cidadania e realização plena da população.

O presidente da AGPTEA, Nedi Jacondino, espera que neste governo a

Suepro seja mais aberta as discussões e promova outros encontros, onde o público alvo seja também os professores de todas as escolas agrícolas, para buscar soluções concretas de quem vivência o dia-dia nos colégios. Jacondino também espera que a Suepro venha intervir junto as Universidades para que ocorram cursos de formação e qualificação de professores.

O professor Gaudêncio Frigotto, membro da Associação Nacional de pesquisas e Pós-graduação em educação e autor de obras na área de Educação e Trabalho, participou da abertura do encontro centrando a palestra em questionamentos e críticas à política neoliberal em curso no país e em boa parte do mundo. Segundo ele, a solução neoliberal é uma falsa solução para os problemas da humanidade. Frigotto não hesitou em acusar o neoliberalismo de usar a mídia como principal instrumento para impor seu modelo. "A mídia veicula a ideologia neoliberal com certezas absolutas de supremacia no mercado sobre a sociedade", criticou o professor.

Piscicultura comida caseira

É possível fazer ração para peixes com produtos existentes na propriedade.

Em consulta ao zootecnista Manuel Vazquez Vidal Júnior, pesquisador em aquicultura da Epamig - Empresa de Pesquisa Agropecuária, ele disse que é perfeitamente possível produzir ração para peixes dentro da propriedade, mas é necessário saber o que essa propriedade dispõe, e assim fazer a análise econômica para conferir se a empreitada realmente compensa mais que comprar uma boa ração comercial. Entre muitos outros, os seguintes produtos podem ser usados na alimentação de peixes: fubá de milho, farelo de arroz, sebo de boi, raspa de mandioca, farelo de algodão, farinha de carne e farelo de soja.

As espécies de peixes têm exigências nutricionais diferentes, que variam com a idade e o estado fisiológico do animal. Nos peixes especiais, a temperatura da água influencia no metabolismo. Fontes de proteína e de energia são a base de qualquer alimentação. Porém, devem vir em doses certas. Essas quantidades são estabelecidas pelos centros de pesquisa e são encontradas em tabelas como as do NRC (EUA) e das Normas e Padrões de Nutrição Animal (Paraná). Para os peixes de maior importância mundial como carpa, truta e salmão, os valores são bem estabelecidos e conhecidos. Para a maior parte dos peixes brasileiros, como o tambaqui e o surubim, as informações são incompletas. O que se recomenda nestes casos é fazer a ração baseando-se nas informações disponíveis e completando, se necessário, com dados existentes para espécies próximas. É isso que as fábricas de rações fazem.

Além de proteínas e alimentos energéticos, é importante adicionar às rações cálcio, fósforo, microminerais e vitaminas. Para suprir cálcio e fósforo, faz-se a mistura de uma parte de calcário e três de fosfato bicálcico e adicionam-se 2 quilos dessa mistura em cada



Custo da ração para peixes pode ser reduzido

100 quilos de ração. Para suplementar os outros minerais e vitaminas pode-se usar um premix comercial de aves na proporção de 200 gramas em cada 100 quilos de ração. Caso se deseje armazenar a ração por períodos superiores a 30 dias, é necessário acrescentar 10 gramas de BHT (anti-oxidante) para cada 100 quilos de ração. Assim, o produto pode ser armazenado por até seis meses sobre um estrado, em local seco, ventilado e fora do alcance de ratos e insetos.

Uma recomendação que se faz é peletizar a ração em máquina específica ou mesmo em moedor de carne. Isso faz o produto ficar mais agregado, evitando perdas por esfarelamento quando é oferecido aos peixes. O processo requer uma certa umidade. Se, ao ser passado pelo moedor, a ração ficar quebradiça, devem ser adicionados de 2 a 5% de água quente ou aumentada a quantidade de óleo. Após a peletização, a ração deve ser seca à sombra e depois ensacada.

Ao se comparar o custo da ração caseira com o das rações comerciais, é preciso levar em conta que as comerciais são extrusadas, ou seja, são comprimidas em pequenos blocos (como ração de cachorro e gato) e bóiam. Portanto o aproveitamento pelos peixes é melhor que em rações caseiras. Se a do produtor não for pelo menos 40% mais barata que a industrializada, deve-se ficar com a última opção.

FHC fecha delegacia do MEC e causa transtornos no RS

O presidente Fernando Henrique Cardoso apunhalou a educação brasileira extinguindo as Delegacias Regionais do Ministério de Educação e Cultura (Dmecs) nos estados da federação, no final de dezembro do ano passado, através de decreto. Assim, o governo federal vem demonstrar que a educação não é prioridade no seu segundo mandato, como não foi também no primeiro.

A Dmec, no Rio Grande do Sul, funciona como um entreposto

do FNDE, instruindo sobre convênios de programas do órgão, como merenda, transporte escolar, expedição de carteiras de habilitação do professor e entre outros. Com a extinção da Delegacia os educadores, os diretores e os alunos estão desorientados e não sabem a quem se dirigir para obter as informações sobre os convênios em vigor, como também onde protocolar os processos para obter os futuros programas. O fechamento das delegacias foi possível, em parte, segun-

do os dirigentes do MEC, devido a informatização das secretarias estaduais de educação como também a distribuição automática da merenda diretamente nas escolas.

O ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, disse que espera obter com a decisão uma economia de cerca de R\$ 12 milhões. Com a medida os diretores das escolas, sem recursos para diárias, terão que viajar à Brasília e mendigar as necessárias verbas federais.

EDUCAÇÃO

O futuro do ensino estadual gaúcho

Novo governo pode substituir o atual sistema anual de séries por ciclos de formação

O atual sistema educacional seriado no Rio Grande do Sul poderá estar com os dias contados. Os técnicos responsáveis pela área da educação no governo do Estado estão convencidos de que o atual modelo pedagógico está superado e já desfloram o processo que vai definir um novo tipo de escola para os gaúchos. Um movimento que vem crescendo forte dentro da Secretaria Estadual de Educação (SEC) é a adoção de um sistema de ciclos de formação idêntico ao que já vem sendo praticado na rede do ensino municipal de Porto Alegre. Neste sistema, os alunos não são agrupados por séries, mas por idades. Não há reprovação, não se realizam provas e não são conferidas notas.

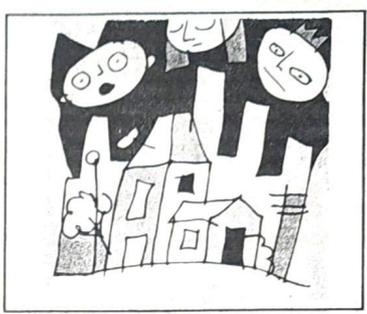


Segundo o diretor do Departamento Pedagógico da SEC, Elton Scapini, nada ainda foi decidido sobre a questão. Porém alertou que haverá um novo modelo de ensino nas escolas do estado e que a decisão será tomada somente após os resultados da Constituinte Escolar que iniciou a partir de abril deste ano. A construção da escola democrática-popular será um processo que envolverá pais, alunos, professores, funcionários de escolas e organizações sociais que farão um diagnóstico da educação gaúcha. "É nesse momento que o modelo da escola por ciclos deverá ser apresentada, assim como poderá aparecer outros", antecipa Scapini. Ele explica que o modelo alternativo indicado na Constituinte Escolar somente será aplicado gradativamente no ano de 2001, pois a rede estadual tem mais de 3 mil escolas, quase 100 mil professores e cerca de 1,3 milhão de alunos.

A ESCOLA POR CICLOS

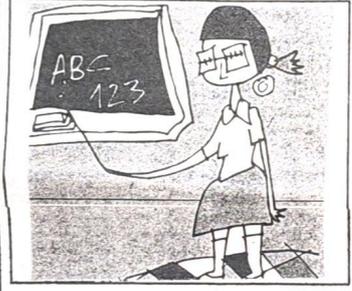
* Turmas por idade e ciclos em vez de séries

O Ensino Fundamental é dividido em três ciclos, cada um deles com três anos de duração. O critério para formação da turma é a idade. Cada ciclo corresponde a uma das etapas de desenvolvimento da criança: infância (06 a 08 anos), pré-adolescência (09 a 11 anos) e adolescência (12 a 14 anos).



* Turmas de progressão

Quando ingressa em uma escola por ciclos, a criança que está numa série atrasada em relação a sua idade é inserida nas turmas de progressão. O objetivo é acelerar o aprendizado até que o aluno esteja pronto para ser colocado no ano correspondente a sua idade. A progressão não tem um período de duração definido.



* As aulas

Os conceitos são desenvolvidos pela proposição de desafios aos alunos. Eles são estimulados a criar hipóteses e a testá-las. Os trabalhos em grupo são muito frequentes.

* Avaliação e reprovação

Não existem provas e não são conferidas notas ao aluno. Ele é avaliado diariamente pelos trabalhos feitos em aula. Esses trabalhos são incluídos no seu dossiê, no qual, a cada três meses, o professor inclui um relatório sobre o desenvolvimento da criança. Não existe reprovação. Quando completa uma etapa, o aluno passa automaticamente para o ano seguinte.

* Salas de integração e recursos

Esses espaços são destinados aos alunos com necessidades educativas especiais. No turno inverso às aulas, eles recebem atendimento contínuo e individualizado.

* Complexo temático

Os partidários da escola por ciclos creem que a criança aprende melhor quando o ensino está voltado para a sua realidade. Por isso, a cada ano, são feitas pesquisas na comunidade para ver quais são as questões que mais a preocupam. Por esse processo, são eleitos temas a partir dos quais os conceitos das diferentes disciplinas serão abordados. O tema muda a cada três meses.

* Laboratório e aprendizagem

O estudante que apresenta dificuldade de aprendizado passa a frequentar, no turno inverso ao que tem aulas, o laboratório de aprendizagem. Nesses grupos, com uma média de cinco alunos, o problema da criança é investigado. Quando o problema é superado, a criança deixa de ir ao laboratório.

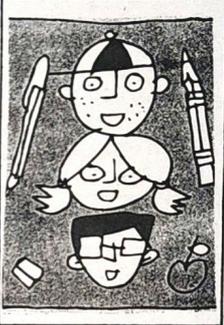
* Professores

Desde o 1º ano, as turmas são assistidas por vários educadores. O professor referência é o que fica mais tempo com os alunos. O professor itinerante atua como um curinga: auxilia os demais profissionais em tarefas específicas.

Esther Grossi critica escola por ciclos

A educadora e deputada federal Esther Grossi (PT), que comandou a Secretaria Municipal da Educação, em Porto Alegre, quando Olívio Dutra foi prefeito de 1989-92 é uma adversária ferrenha da escola por ciclos de formação. A educadora considera que, por este sistema, as crianças não aprendem ao serem reunidas por idade. Segundo ela, o modelo foi abandonado em todos os países que o experimentaram.

- Durante algum tempo, as pessoas se iludem com os ciclos, porque os estudantes nunca serão reprovados. O problema é que há alunos que terminam o Ensino Fundamental sem sequer saber ler, critica Esther.



A deputada afirma que pelo sistema de ciclos os estudantes são reunidos em turmas por idade, e não pelos conteúdos que já adquiriram, e isso é um fator que dificulta o aprendizado. Como as turmas são heterogêneas, não há uma base de conhecimento comum a partir da qual o professor possa desenvolver os conteúdos. Como a defasagem de conhecimento entre alunos é grande, o intercâmbio de saber entre eles também seria impossível. Esther Grossi julga mais adequada a divisão do ensino em séries com um mínimo de conteúdos.

-Ter um núcleo comum de conhecimentos ajuda a aprender - garante.

A educadora argumenta que a escola ciclada se utiliza de mecanismo que contradizem seus princípios. Exemplifica que as turmas de progressão (formadas por alunos atrasados com relação a idade), nessas turmas o aprendizado é acelerado até que o estudante seja considerado apto a se encaixar no ano correspondente a sua idade.

- Isso é um contra-senso. As turmas de progressão demonstram que é possível acelerar a aprendizagem. Mas a escola por ciclos parte do princípio que cada aluno tem o seu próprio ritmo, que deve ser respeitado.

Transgênico

A Secretaria da Agricultura mandou queimar lavouras de soja transgênica. Há um temor generalizado no RS e no mundo todo de que as experiências com transgênicos estejam se alastrando rapidamente. Se a Europa e os EUA não desejam adquirir esta soja, por que o RS deveria produzir e arriscar sua biodiversidade?
Nelson Carvalho Vasconcelos
Porto Alegre

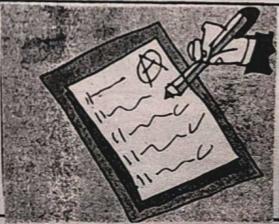
Autoritarismo

É uma aberração o governo do Rio Grande do Sul obrigar os funcionários de autarquias estaduais a dizerem "governo democrático e popular", toda vez que atenderem o telefone. Obrigar os funcionários a dizer isso não é democracia e sim autoritarismo.
Vera Lúcia Vidor - Santo Angelo

Professores

O governo direciona em duas fases a situação dos professores: treinar professores e valorizar o magistério, assegurando salários justos. Que salário justo? Salário de fome. Pobres professores, até quando iremos esperar que alguém acorde deste sonho de ilusão?
Antonio Prates Soares -
Professor - Palmeira das Missões

CARTAS



Pedágios

Como professor estou sem aumento há mais de 4 anos, e agora tenho que pagar pedágio para ir à escola, pois onde moro não tem linha de ônibus. Pode isso?
Régis De Paull

Salários

Comparando os salários da rede particular onde os professores, hoje, tem um piso para uma carga horária semanal de 20 horas de R\$ 443,00 para pré-escola à 4ª série; R\$ 474,00 para docentes de 5ª à 8ª série; R\$ 632,00 para o 2º Grau e de R\$ 962,00 para o nível superior, com os números salariais do magistério estadual onde o piso para 20 horas é de R\$ 129,00 é um descaso para com os profissionais.
João Oliveira Santos
Professor - Viamão - RS

A Agptea

A Superintendência da Educação Profissional - RS tem a honra de convidar V. Exª. para solenidade de abertura do Encontro Estadual de Educação Profissional a ser realizada no dia 23 de março de 1999, às 18 horas. Na oportunidade em que o professor Gaudêncio Frigotto será o palestrante.
Gabriel Grabowski
Diretor Superintendente - Suepro - RS

Queremos de volta

Nós professores queremos de volta o dinheiro emprestado a GMe a FORD com correção, pois não podemos sangrar os cofres públicos para beneficiar mega-empresários.
Paulo José Pascoal
Professor - Gramado - RS

MATÉRIA SOB RESPONSABILIDADE DA CBPEA

Porto Alegre, 17 de Novembro de 1998

Sr. Governador Eleito.

A SUEPRO veio ao encontro de antiga reivindicação dos professores de Ensino Agrícola que desde 1970, durante os inúmeros Encontros e Seminários realizados, sempre apontaram como necessária a criação de um órgão, de coordenação técnico-pedagógica e Administrativa, junto a Secretária de Educação.

O movimento dos professores de ensino técnico, liderado pela Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola - CBPEA, e da União Gaúcha de Professores Técnicos do Ensino Agrícola - AGPTEA se posicionaram contra o Projeto de Lei 44/97 em cuja versão originária trazia embutido a terciarização do ensino agrícola como ponte para privatização das escolas técnicas e profissionais, conseguiu sensibilizar os Deputados Governistas, objetivando a alteração de inúmeros artigos, tornando, assim, embora com algumas restrições, aceitáveis, o projeto que deu início a Lei 11.123/98 que "Dispõe sobre a Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS e dá outras providências".

Promulgada a Lei em 27.01.98 e implantada a SUEPRO em 09.02.98, até a presente data, não foi instalado o Conselho de Planejamento, órgão de orientação responsável pela análise e acompanhamento das políticas estaduais relativas à educação profissional a serem implementadas, bem como, aprovar o plano anual de trabalho da Diretoria Executiva.

A Superintendência de Educação Profissional - SUEPRO, deve assumir a efetiva coordenação da Educação Profissional do Estado, desenvolvendo ações junto a órgãos públicos e privados, articulando a cooperação entre os mesmos para implantação de cursos de ensino profissionalizante.

Pelo exposto, vêm as Entidades que subscrevem a presente, pelos seus Presidentes, à presença de S.Exa., o Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, eleito, Olívio Dutra, dizer e sugerir o quanto segue, em relação à Educação Profissional:

Sejam proporcionadas condições facilitadoras, a fim de que os atuais professores de ensino profissional, sem formação pedagógica, alcancem a habilitação específica de magistério das disciplinas especializadas (técnicas) do ensino profissional; medida esta a ser estendida aos demais profissionais que pretenderem exercer o magistério nesta área.

Sejam viabilizados estudos que visem a transformação da Escola Técnica de Agricultura - ETA/Viamão e da Escola Técnica Parobé em Centro Rural da Educação Tecnológica do RS e Centro Estadual de Educação Tecnológica, respectivamente, pré-estágio para a criação de uma futura Faculdade Estadual de Educação Tecnológica.

Sejam criados os Centros de Educação Profissional Rural (CREPs) e Urbanos, para atender às demandas específicas e permanentes de qualificação e habilitação profissional, atendendo, assim, o que preceitua a Lei 11.123/98.

Nesta perspectiva os atuais Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRES) deverão ser transformados em CREPs, assim como os Centros de Desenvolvimento e Treinamento Profissional de Agricultores, criados pelo Decreto 36.696/96.

Ato decorrente desta medida, deve ser revogado o Decreto supra referido que cria, como órgão de execução da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Departamento de Desenvolvimento e Treinamento Profissional.

O Conselho de Planejamento, órgão de orientação das atividades da SUEPRO, deve ser instalado de imediato, a fim de participar ativamente na definição da política de educação profissional no Estado e na sua implementação pela Superintendência, redefinindo os diretrizes básicas e estabelecendo os princípios sócio-filosóficos que devem nortear a linha de ação do órgão responsável pela educação profissional do Estado.

Grupo de Trabalho - GT, instituído pela SUEPRO, através das Portarias 001/98 e 003/98, "para propor um Novo Modelo de Escola Agrotécnica" para o Estado do Rio Grande do Sul, seja extinto, dando lugar à realização de Seminários de Educação Profissional, nos diferentes Setores de Produção Econômica, com a participação de todos os segmentos - Diretores, professores e alunos, com a finalidade de serem propostas alternativas e linhas norteadoras de soluções que atendam às necessidades mais premente.

Torna-se necessário, ainda, o repasse, para a SUEPRO, dos recursos resultantes da Convenção e ou Acordos firmados pela Secretaria da Agricultura para implantação dos Centros de Treinamento Profissional de Agricultores, conforme determina o parágrafo segundo, o art. 13, da Lei 11.123/98.

Deve, o Governo de Transição, articular esforços no sentido de sustar o chamamento feito pela SUEPRO, após as eleições e apuração dos votos, para contratação de empresa de consultoria para prestação de serviços de desenvolvimento técnico e elaboração de estudos, visando o programa de educação profissional do Estado.

Estas, Sr. Governador Eleito, as considerações que as entidades de classe ligadas ao Ensino Profissional, fazem, uníssonas, com vistas ao desenvolvimento de um ensino profissional no Rio Grande do Sul que sirva de modelo para o Brasil.

Para tanto reivindicam a indicação do Diretor Superintendente da SUEPRO, em listas triplêces apresentadas por cada uma das duas entidades (AGPTEA e UGPT) que há trinta anos lutam pelos interesses de seus professores e pela melhoria do ensino profissional

Porto Alegre, de Novembro de 1998

Prof. Luiz Calvete Corrêa
Presidente da CBPEAProfa. Ivone Sartoria da Silva
Presidente da UGPTProf. Nedi Jacondino
Presidente da AGPTEAExmo. Sr. Olívio Dutra
Governador Eleito do Estado do
Rio Grande do Sul
Porto Alegre.

Porto Alegre, 18 de novembro de 1998

Senhor(a) Diretor(a)

Ao cumprimenta-lo(a) estamos enviando cópia de documento enviado Sr. Olívio Dutra, Governador Eleito, através da Deputada Maria Augusta Feldmann.

Referido documento surgiu em reunião conjunta dos Presidentes das Entidades que subscrevem o mesmo e que, anteriormente, por iniciativa do Presidente da CBPEA, mantiveram contato com a Deputada Maria Augusta que, prontamente, aceitou o convite para ser nossa interlocutora junto ao Governo Eleito.

Dado o exposto, solicitamos a divulgação do documento referido, junto as professores dessa Escola no sentido de os mesmos estarem atentos, objetivando uma mobilização em torno do assunto que possa culminar com a efetiva indicação do Diretor Superintendente da SUEPRO. Aguardando o desenrolar dos acontecimentos, apresentamos nossas cordiais saudações, colocando-nos ao inteiro dispor para os esclarecimentos que tornarem necessários.

Atenciosamente,

Prof. Luiz Calvete Corrêa
Presidente da CBPEA

Of. n.º 179/98

Viamão, 25 de novembro de 1998.

Sr. Presidente.

Vimos através deste, informar que recebemos cópia do documento elaborado em conjunto pela, AGPTEA, CBPEA e a UGPT, encaminhado ao futuro governador estadual, apresentado inúmeras reivindicações para transformação do ensino técnico agrícola.

É inegável, que todos nós, na ansiedade múltipla de fortalecer as instituições de ensino técnico agrícola no Rio Grande do Sul, intensifiquemos estratégias diferentes para orientar o novo governo que se instala, a partir de 1º de janeiro, do próximo ano atropelando a democracia e a discussão dos valores.

Conforme documento encaminhado a nossa escola, onde a CBPEA, AGPTEA, e UGPT, são signatárias, entendemos que os interesses, em parte, são homogeneizados. Entretanto, nos causou estranheza o fato de que neste documento, no item "G", as signatárias orientam o novo governo em transformar a Escola Técnica de Agricultura de Viamão - ETA - num Centro Rural de Educação Tecnológica e Centro Estadual de Educação Tecnológica, pré-estágio para criação de uma futura Faculdade Estadual de Educação Tecnológica, sem antes Ter constituído um processo de construção, com todos os segmentos desta escola (professores, alunos, funcionários, pais, associação de ex-alunos e conselho escolar) para que pudessem expressar posicionamento, após uma ampla discussão. Sobre tal premissa. Entendemos que a ETA, com seus 88 anos de existência, não pode mudar o seu rumo profissional e pedagógico sem antes ocorrer uma eloquente discussão entre as partes interessada, em formalizar sugestões para o desenvolvimento do ensino técnico agrícola no Estado.

Assim, reiteramos que estamos abertos ao debate com esta associação, assegurando uma relação estreita de cordialidade e interesses comuns.

Paulo Gilberto C. Goulart
Diretor da Escola

Conselho Escolar

Wilson Arruda
Repres. CPERS/S
Junto ao 22º NúcleoMarcelo Pedroso
Pres. CECATJane Vieira da Cunha
Pres. CPETA

Porto Alegre, 26 de novembro de 1998

Do: Prof. Luiz Calvete Corrêa
Presidente de C.B.P.E.A.

Aos Srs.

Prof. Paulo Gilberto
Diretor da ETA/ViamãoProfa. Jane Vieira da Cunha
Pres. CPETAMarcelo Pedroso
Pres. CECAT

Sr. Presidente do Conselho Escolar

Assunto Resposta ao Of. 179 - ETA

Prezados Senhores:

Preliminarmente cabe dizer que o documento referido no ofício supra citado, "citado, elaborado em conjunto pela CBPEA, AGPTEA e UGPT, encaminhado ao futuro Governo Estadual, não apresenta "reivindicações para transformação do ensino agrícola".

Lendo com atenção o documento em pauta é possível constar que o conteúdo do mesmo reporta-se a considerações

"... com vistas ao desenvolvimento para o Brasil".

A única reivindicação feita refere-se à "indicação do Diretor Superintendente da SUEPRO, democraticamente, em listas triplêces apresentadas por cada uma das duas entidades (AGPTEA e UGPT) que há trinta anos de luta pelos interesses de seus professores e pela melhoria do ensino profissional".

Se, no texto do item "B" (e não "G") usamos o termo TRANSFORMAÇÃO quando nos referido à possibilidade de que sejam viabilizados estudos que visam a transformação da Escola Técnica de Agricultura - ETA/Viamão em Centro Rural de Educação Tecnológica, foi no sentido de reforçar a ideia de implantação do citado centro, tornando, assim, viável nossa luta de trinta anos em busca de formação pedagógica para nossos professores de disciplinas especializadas (técnicas), não habilitados.

Quem conhece o que seja Centro de Educação Tecnológica ou Centro de Formação Tecnológica e que, sem interesse próprio, luta para ver seus colegas em igualdade de condições, sem dúvida, apoiará tal iniciativa.

A ETA, vindo a ser criado CET não mudará em nada "...o seu rumo profissional pedagógico", pois ela permanecerá como tal (Escola Técnica de Nível Médio), por exigência legal.

Nossa intenção em indicar a ETA para esse privilégio de vir a ser o primeiro Centro de Educação Rural Profissional, foi no sentido de valorizar essa tradicional Escola que tantos e ilustres profissionais, altamente qualificados, já transformou. O mesmo ocorreu quando indicamos a ETA, sem consulta prévia aos segmentos da Escola, para servir como campo de experiência piloto para o "Projeto Convivência Primavera", da UFRGS, cujo sucesso dispensa comentários.

Com referência ao fato de não Ter havido, anteriormente, um processo de discussão, cabe esclarecer que foi devido a premência de tempo e também, porque, como é do conhecimento de todos, o Governo eleito jamais tomaria tal iniciativa, sem antes ouvir os segmentos interessados.

Cabe, aqui, registrar que a Democracia jamais "atropelada". É necessário rever o conceito de democracia. Apresentar sugestões é um direito dos que participam de um mesmo grupo e, é tão democrático quanto discutir e decidir com participação dos segmentos envolvidos.

Aceitamos o debate sugerido e afirmamos que seria de bom alvitre um encontro, nessa escola, com todos os segmentos, para esclarecer, não só o item "b", como todo documento em referência.

Ao finalizar registramos nosso repúdio à atitude de um professor dessa conceituada e prestigiada escola que, em nome da mesmo, se dirigiu grosseiramente à Profa. Ivone Sartoria, Presidente da UGPT, reportando-se ao documento enviado ao Governador eleito. Havendo interesse tal professor, poderemos apresentar o nome do mesmo.

Sem outro particular, para o momento, apresentamos nossas cordiais saudações.
Atenciosamente,
Prof. Luiz Calvete Corrêa
Presidente de C.B.P.E.A.

AGRO-EDUCAÇÃO

Perigo cinzento

Doença foliar faz estragos no milharal



Os sistemas de preparo do solo que deixam grandes quantidades de resíduos ajudam a proteger o terreno e evitar a erosão. Exigem, porém, alguns cuidados dos agricultores. Doenças cujos ataques não eram tão notados quando a maior parte dos agricultores aplicava o sistema convencional de preparo do solo passaram a provocar maiores prejuízos nos últimos anos. É o caso da mancha cinza da folha que, com ajuda decisiva do clima, voltou com força inesperada em muitas partes do cinturão

Rotação de culturas é uma forma de controlar o fungo. Os vizinhos têm que utilizar a prática, pois os esporos dos fungos vão longe

do milho, o *cornbelt* norte-americano, no ano passado. A mancha, do doença foliar causada pelo fungo *Cercospora zeae-maydis*, é controlada com eficiência pela limpeza dos resíduos antes do plantio. A crescente adoção pelos agricultores de técnicas nas quais os restos da lavoura anterior não são retirados é, com certeza, a razão que a fez tornar-se mais perigosa doença foliar do milho na safra passada. Outro fator também favoreceu a expansão: os pesquisadores que atuam no melhoramento do milho deram pouca atenção à mancha cinza e a preparação de híbridos resistentes a ela. Fitopatologistas que acompanharam o movimento da doença acredi-

tam que ela está caminhando para o Norte a uma velocidade de mais de 80 quilômetros por ano. O perigo é grande pois as perdas na produtividade atingem índices que vão de 30 a 50%. O momento mais grave é quando o fungo alcança as folhas da parte superior da planta, pois as oito ou nove folhas do alto produzem entre 75 e 90% dos carboidratos necessários para o enchimento dos grãos. Os esporos do *Cercospora zeae-maydis*, sobrevivem por mais de dois anos nos tecidos das bainhas das folhas e na palha que envolve as espigas, que se decompõem lentamente. A capacidade de

dispersão é grande, eles são espalhados tanto pelo vento como pela chuva. As folhas infectadas apresentam lesões longas, retangulares e marrons, visíveis mesmo depois da colheita. Quando a infecção é severa a fotossíntese é reduzida, a planta busca nutrientes de outros tecidos para compor a espiga. Isso gera o enfraquecimento e até o apodrecimento do caule. Para que o fungo possa se desenvolver, ele precisa de longo período de alta umidade ou chuvas frequentes, particularmente nos meses de julho e agosto nos Estados Unidos. No ano passado, as chuvas apareceram mais cedo, razão pela qual seus efeitos foram mais graves. Não há muitas medidas eficientes para prevenir a doença, mas existem algumas práticas que ajudam a reduzir seus danos. Em primeiro lugar, o plantio de híbridos resistentes. Há muitos disponíveis com graus de resistência variável. "os híbridos desenvolvidos recentemente têm maior resistência e também produtividade mais alta que os produzidos poucos anos atrás", afirma Pat Lipp, Fitopatologista da Universidade de Ohio.

A Rotação de culturas é a segunda forma de combater a mancha. Uma vez que o fungo só ataca o milho, cultivar um produto diferente na sequência pode ajudar a reduzir a gravidade da infestação nos plantios seguintes do cereal. Apenas um ano sem plantar milho pode não ser suficiente. Como o fungo pode sobreviver nos resíduos da cultura por dois anos, se o volume de material sobre o sol for grande, os especialistas sugerem que a área permaneça por esse mesmo tempo sem plantio de milho para controlar a infestação.

O preparo convencional, com aração da terra, e ainda uma das melhores práticas para o controle da mancha. Reduzir a quantidade de resíduos da superfície com a atração pode ser tão eficiente quando a rotação de culturas. O último recurso pode ser a aplicação de um fungicida. O Tilt, da Novartis, tem sido usado em grandes plantações por muitos anos. Um novo produto chamado Quadris, da Zeneca, mostrou bons resultados em testes e deverá obter o registro a tempo de ser utilizado ainda este ano. Contudo, qualquer esforço feito por um agricultor para o controle do fungo pode ir por água abaixo se não for acompanhado por seus vizinhos.

A cãibra em bovinos pode ser hereditária

Os criadores estão sempre as voltas com as doenças que no dia-dia se apresentam nos animais. Há rebanhos em que várias reses podem sofrer de cãibra muscular o que dificulta o deslocamento do animal para pastear e beber água. Isto acarreta em perda de peso, o que economicamente traz prejuízo ao produtor rural.

O médico veterinário Armem Thomassian, professor do departamento de cirurgia e anestesiologia veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária da Unesp, Botucatu, SP, explica que o que mais se aproxima de uma cãibra é conhecido tecnicamente em veterinária



Gado sofre com cãibras musculares

como o deslocamento ou a fixação dorsal da patela. O animal apresenta um travamento – ou hiperextensão – de um ou de ambos os membros posteriores (o membro fica estendido para trás), fazendo com que, ao se deslocar, arraste a ponta do casco no solo. Pode se manifestar de forma contínua ou intermitente. No último caso, o membro trava momentaneamente e quando o animal realiza um esforço consegue flexioná-lo e volta a caminhar normalmente. Caso a hiperextensão seja contínua, o animal, com dificuldade para se locomover, não se alimenta, emagrecendo e diminuindo a produção de leite rapidamente. Além dos bovinos esta cãibra pode acometer eqüinos.

A origem desse mal ainda não está bem esclarecida. Acredita-se que o mesmo possa estar ligado a alterações crônicas no estado geral do animal, deficiências nutritivas, fraqueza e também mudanças na conformação dos ossos da coxa. Não se exclui a possibilidade de haver predisposição hereditária como fator desencadeante. Até o momento não existem medicamentos ou medidas de manejo que recuperem o animal portador do deslocamento dorsal da patela. Somente uma cirurgia realizada sobre o ligamento patelar pode resolver o problema.

Ex-sem terra produzem sementes agroecológicas

Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda (Cooperal) é o único produtor de sementes agroecológicas da América Latina. O projeto Bionatur Sementes Agroecológicas foi implementado no Assentamento de Reforma Agrária conquistada da Fronteira, em fevereiro de 1997, e melhorou a qualidade de vida de 34 famílias de ex-sem terra moradoras no município de Hulha Negra e Candiota, no Rio Grande do Sul. Nesta Região já forma assentadas 719 famílias. No mês de setembro do ano passado, a Bionatur sementes foi lançada em dois even tos que ocorrem no Rio de Janeiro e em São Paulo despertando o interesse do mercado consumidor por esse tipo especial de produto.

No primeiro ano de funcionamento do Projeto, a produção de sementes agroecológicas foi aproximadamente 2 mil toneladas.

A previsão é de que esse montante suba para 4,5 mil toneladas. De acordo com João Rockett, coordenador do Projeto, o agricultor que trabalha na lavoura de produção de sementes de hortaliças

orientados pelos Técnicos da Cooperal. Segundo Rockett, esta iniciativa contribui para fixação das famílias no campo e aumenta o interesse dos assentados pelo projeto, resgatando a cidadania dos moradores.

As sementes agroecológicas são produzidas e embaladas sem agrotóxicos ou qualquer substância agressiva ao homem e à natureza, mantendo o valor nutritivo dos alimentos, garantindo a saúde do trabalhador do campo e a qualidade da hortaliça.

As despesas com a produção desse tipo de sementes são menores. "Não compramos insuportáveis químicos (adubos e venenos), utilizamos farinha de rocha e biofertilizantes fermentados. Os produtos químicos aplicados nas hortaliças têm o objetivo de torná-las mais resistentes ao tempo e bonitas aos olhos do consumidor, mas não acrescentam valor nutritivo ao alimento", diz Rockett.





SEMINÁRIO

VII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO AGRÍCOLA
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO AGRÍCOLA

PROMOÇÃO

Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola

CBPEA

REALIZAÇÃO

Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas
Diretório Acadêmico Raimundo Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O VII ENEA será realizado no período de 16 a 20 de agosto do corrente ano, no Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, estará agrupando mais dois importantes eventos da área de Ensino Agrícola que será o VI SENAG e a VI Reunião Técnica dos Cursos de Ciências Agrícolas e Agrárias do Brasil. Nestes eventos queremos congregar o maior número de pessoas ligadas ao setor como: professores, alunos, dirigentes,

sindicatos, órgãos governamentais e não-governamentais e toda a sociedade interessada em discutir os rumos do Ensino Agrícola.

Na sua 7ª edição o ENEA terá como tema central "A Educação Agrícola e Sustentabilidade", tema da maior importância na atualidade, e portanto muito pertinente sua discussão para o referido momento da conjuntura brasileira.

O objetivo do encontro

é congregar profissionais do Ensino Agrícola, de diferentes regiões, para discutirem e analisarem a situação atual desse ramo da educação no Brasil, buscando construir alternativas viáveis e que contribuam para um desenvolvimento sustentável e autotocne.

Refletir novos caminhos na formação dos licenciados, na dinâmica dos processos sociais e propor alternativas que respondam as demandas da contemporaneidade.

INSCRIÇÕES

Profissionais: até o dia 30 de junho R\$ 40,00

Estudantes: Até o dia 30 de junho R\$ 15,00

OBS.: Após a data, os profissionais pagarão R\$ 60,00 e os estudantes R\$ 20,00.

ALIMENTAÇÃO:

O custo da alimentação, café, almoço e janta, será oferecido ao preço de R\$ 30,00, o pacote.

HOSPEDAGEM:

Hotéis Santa Barbara/Caluje
Hotéis com 56 apartamentos cada um, no próprio corpo e uma área de lazer ampla com piscinas, 02 saunas, recreadores, quadra polivalente, queda d'água, sala de sinuca, jogos e ping-pong, sala de TV e Vídeo, campo de futebol gramado. Apartamentos com banheiro privativo, interfone, telefone, ventilador e ice-bar.

Café da manhã de serviço livre com uma variedade de pães feitos na padaria do hotel, suco de frutas, queijos, frutas, mel, ovos, leite, café e muitas outras iguarias.

DIÁRIAS:

Quadruplo R\$ 20,00 - Triplo R\$ 22,00

Duplo R\$ 22,00 - Sozinho R\$ 40,00

Cama extra R\$ 15,00.

OBS.: em algumas unidades podem se alojar até 08 pessoas.

FORMA DE PAGAMENTO:

Finaciado, até 05 vezes

RESERVAS:

Para sua comodidade e nossa organização, solicitamos a gentileza de fazer as reservas com o professor Joanes de Oliveira Dias do Instituto de Educação ou com Claudimir Silva pelo telefz 021 682 11 13 ou 021 682 18 41

TEMPERATURA:

Nesta época do ano, a temperatura oscila entre 19° e 26° C.

CITY TOUR:

Para seu melhor aproveitamento turístico a Comissão Organizadora fez convênio com uma agência oficial para o evento. A Gators Viagens e Turismo - Telefax (021) 682 2055 ou 682 1771.

Os passeios programados são os seguintes:

1. Passeio visitando o litoral carioca, Corcovado e Pão de Açúcar - é R\$ 30,00 p/pessoa.
2. Passeio de Saveiro a ilha de Jaguanum, incluindo transporte e almoço - é R\$ 55,00.
3. Passeio a Angra dos Reis e Parati, incluindo transporte e escuna - é R\$ 40,00.

ATIVIDADES CULTURAIS:

Durante o evento serão apresentadas várias atividades como teatro, apresentação de coral, show com uma escola de samba famosa e apresentações regionais. Também aceitamos sugestões que poderão ser enviadas pelo Fax 021 682 1113 ou 682 1841.

UNIVERSIDADE RURAL:

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro está localizada no município de Seropédica/RJ, as margens do Km 47, da antiga rodovia Rio/São Paulo, ocupando uma área de 3024 ha, num bellissimo conjunto arquitetônico de 132.000 m, projetado e construído em 1942. Está a 80km do centro do Rio. Além das instalações específicas para o desenvolvimento de seus cursos, o campus universitário dispõe de: restaurante, alojamentos masculino e feminino, agências bancárias e de correios, central telefônica, hotel, cine, jardim botânico e lanchonetes.

PROGRAMA:

Dia - 16 de agosto - Segunda-feira

- 14:00 às 17:00 - Inscrições
- 19:00 horas - Solenidade de Abertura no Gustavo
- 20:00 horas - Palestra de Abertura - Perspectiva para a Formação Profissional - Prof. Valdo Cavallet - UFPR
- 21:00 horas - Coquetel de Integração

Dia - 17 de agosto - Terça-feira

- 08:30 horas - Painel: Sustentabilidade: Conceitos e Parâmetros. Eduardo Ehelhers - IAF/SENAC; Leonardo Boff - UERJ; Sebastião Pinheiro - UFRGS; Moderador: Prof. Ricardo Barbara
- 10:30 horas - Cafezinho
- 10:45 horas - Debates
- 12:00 horas - Almoço
- 13:30 horas - Painel: Sustentabilidade, Globalização e Ética. Juracy Freire - UERJ; Pablo Gentilli - UERJ e José Chacon - Presid. do CREA/RJ; Moderadora: Prof. Ana Maria Dantas - UFRRJ.
- 15:30 horas - Cafezinho
- 15:45 horas - Debates
- 17:00 horas - Reunião da Comissão da Lica/Abeas
- 18:00 horas - Jantar
- 19:00 horas - Minicursos
- 21:00 horas - Apresentação Teatral

Dia - 18 de agosto - Quarta-feira

- 08:00 horas - Painel: Questão Agrária: Sustentabilidade e Agricultura Familiar. Aloísio de Oliveira - Secret. de Assuntos Fundiários do RJ; João Luís H. de Carvalho - Ex-Secret. de Agric. de Brasília; João Pedro Stédile - Repres. do MST; Moderador: Prof. Joanes de Oliveira Dias - UFRRJ.
- 10:00 horas - Cafezinho
- 10:15 horas - Mesa-redonda - Questão Agrária: A formação dos profissionais do setor agrícola frente as reformas do neoliberalismo. Antônio Cardoso - UFPA; Marcus Peixoto - Repres. Nac. do Incri; Leonildes Sévulo - UFRRJ e Rui Berger - Semtec/Mec. Moderador: Prof. Luís Calvete Corrêa - Cbpea.
- 11:15 horas - Debate
- 12:00 horas - Almoço
- 13:30 horas - Painel: Mudanças Sociais: A relação Homem Na tureza e as Reformas do Ensino Técnico Agrícola. Gaudêncio Frigotto - UFF; Joséfá C. de Siqueira - PUC/RJ; José Lúcio Rabello - EAF/Manaus; Alencar Balbinotto - Ctur; João Inácio da S. Filho - Condetuf. Moderadora: Maria Alice Curvello - UFRRJ.
- 15:15 horas - Cafezinho
- 15:30 horas - Debates
- 16:30 horas - Work Shop e Oficinas
- 18:00 horas - Jantar
- 19:30 às 21:00 - Assembléia Geral da Aplica
- 22:00 horas - Programação Cultural

Dia 19 de agosto - Quinta-feira

- 08:00 horas - Painel: Alternativas Pedagógicas: MST/ Veranópolis/RS; Marizete Fonseca - UFPA; Neri Golynsk - EAF/SC. Moderador: Prof. Jorge Tavares - UFRPE.
- 10:00 horas - Cafezinho
- 10:15 horas - Debates
- 12:00 horas - Almoço
- 13:30 horas - Painel: Diretrizes Curriculares e Formação Profissional: Desafio ou Retrocesso? Participam representantes da AGPTEA/RS; ANFOPE/RF; SESU/MEC e Roberto Germano - CFT/UFPA. Moderador: Prof. Tarcis Gomes Parajara - UFRRJ.
- 14:30 horas - Cafezinho
- 14:45 horas - Debates
- 15:30 horas - Grupos de Trabalho para elaborar Carta Fianl do VII ENEA/IV SENAG.
- 17:00 horas - Plenária Final.
- 18:00 horas - Jantar
- 19:00 horas - Palestra de Encerramento: "Ensino Técnico e Formação de professores". Prof. Acácia Kuenzer - UFPR.
- 21:00 horas - Atividades Culturais. Festa de Encerramento.

LDB reduz oferta de cursos técnicos

A separação entre o ensino básico e técnico, determinado pela Lei de Diretrizes e Bases, provoca confusão em algumas escolas do estado do RS e pode prejudicar ano letivo de alunos que precisam ter atividades profissionais.

***Extra classe**



Diretores da AGPTEA, Antônio Hélvio e Vilson Arruda alertaram no encontro de Nova Petrópolis, maio de 98, à ex-diretora da SUEPRO, os problemas que o ensino técnico enfrentaria com a conjuntura da LDB

Apesar de o ano letivo de 1999 já estar iniciando, a maioria das escolas de níveis médio e técnico do estado ainda não sabe como colocar em prática as alterações curriculares exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) regulamentadas pelo Decreto Federal 2.208/97. A partir do ano letivo de 1998, o ensino profissional já deveria ter organização independente do ensino médio, podendo ser desenvolvido paralelamente à formação básica obrigatória. Ou seja: as instituições precisam separar as duas bases de ensino. Como resultado, dirigentes de entidades educacionais já começaram a detectar uma diminuição na oferta de cursos técnicos no estado.

No Rio Grande do Sul, a normatização foi aplicada ao

sistema de ensino pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) ainda em 1997, por meio da Resolução 232/97. A presidente do Conselho Líbia Maria Serpa Aquino, reconhece que

houve "dificuldades" na compreensão das mudanças por parte das escolas, mas garante que nada é complicado assim. "Mudou a burocracia. Tem de ter bases curriculares separadas,

uma para o ensino médio e uma para o profissional", simplifica. Segundo ela, os problemas de interpretação envolveram todas as instâncias de ensino: as escolas, a Secretaria Estadual de Educação e o CEED. O resultado é que algumas escolas ainda não sabem o que ofertar aos alunos neste início de ano letivo.

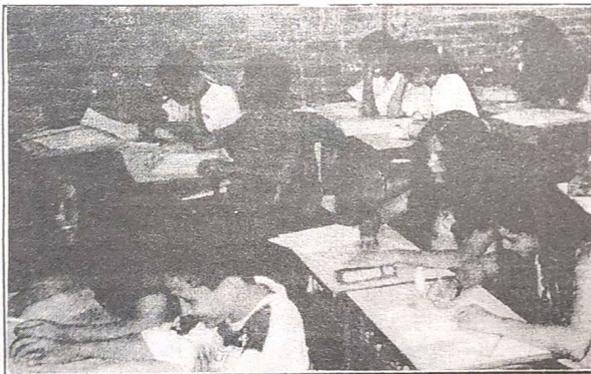
O diretor da Superintendência da Educação Profissional do Rio Grande do Sul (Suepro), Gabriel Grabowski, acha que principalmente duas questões geraram desentendimento: a separação da formação básica e profissional e a desinstitucionalização das escolas, que não foram consultadas sobre a mudança. "Acreditamos que a educação não pode partir de uma fragmentação, por isso as disciplinas do nível médio e as do curso técnico têm de se articular", defen-

de. Para ele, a separação deveria ser a parte final das alterações. "Primeiro a comunidade deve montar seu projeto de educação, para só depois estruturá-lo em um regimento com base curricular", diz.

Grabowski alega também que as escolas não tiveram tempo de discutir e planejar as mudanças. Ou seja, as instituições cumpriram a lei, mas nem todas conseguiram implementar as novas bases adequadamente. E isso porque não estavam convencidas, não entenderam o processo", justifica o dirigente. Ele lembrou que separação das bases, na verdade, esconde uma reestruturação completa do currículo escolar, das matrículas e da própria escola, já que a nova LDB afeta a disponibilidade de recursos financeiros.

Os alunos podem ter prejuízos

E o aluno, como fica nessa história? Grabowski acha que fica prejudicado. Segundo ele, em função de todas as dificuldades operacionais geradas com a separação das bases, as escolas vão ter de optar entre o nível médio e a educação profissionalizante. Provavelmente, avalia o diretor da Suepro, as que não conseguirem articular os currículos passarão a ministrá-los em dois turnos. "Isso gerará dificuldades com despesas adicionais com alimentação e transporte, em conseguir emprego e, logicamente, problemas na estruturação da família", avalia. Líbia, embora também entenda que as ofertas separadas onerem o estudante que trabalha, acredita que caminho proposto pela nova LDB pode dar certo. Em um país como o nosso,



menos com o mínimo nível básico da educação profissional, para qualificar ou requalificar quem já tem uma profissão", sustenta.

A presidente do CEED vai mais adiante e aposta na polêmica. Ela diz que é preciso aperfeiçoar e aproveitar a vontade de quem está na faixa dos 15 anos aos 17 anos para que eles cheguem ao mercado "mesmo sem o ensino médio". Para Líbia, essa pode ser a alternativa para aqueles que interromperam o terceiro grau por problemas econômicos. Grabowski não nega que a medida pode ser adequada em alguns casos, mas contesta o fato de ter sido obrigatória.

O Colégio Direto, de Passo Fundo, foi fundado depois da vigência da nova LDB, em 1997, e desde o início oferece somente o ensino técnico. Mesmo não enfrentando o problema da divisão de bases, o diretor Jorge Luís Thomé também

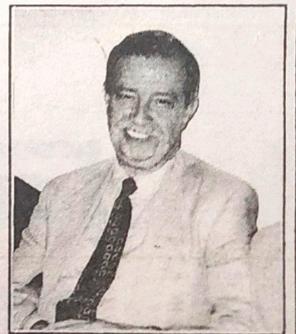
acha que o processo não foi suficientemente esclarecido e que a principal mudança teria de partir da solicitação dos professores". O tesoureiro do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (Cpers), Venício Guterres Guareschi, lamenta a forma de implantação das modificações curriculares adotada no estado. É alerta: ocorreu diminuição do número de cursos técnicos no Rio Grande do Sul.

Vale lembrar que, pela regulamentação da lei no Rio Grande do Sul, receberá diploma de técnico apenas aquele estudante que também tiver concluído o ensino médio na sua carga mínima, de 2.400 horas de aula. Do contrário, receberá somente um certificado de qualificação profissional que não corresponde ao segundo grau.

*Matéria extraída do jornal Extra Classe, órgão de divulgação do Sinpro/RS, do mês de março de 1999 - Porto Alegre/RS

Ensino agrícola continua alijado

O ensino agrícola durante trinta anos cobrou das autoridades educacionais do Estado uma posição de destaque no cenário da educação. Esta bandeira de luta, juntamente com aquela que busca a formação do professor através de Licenciatura Plena foi a tônica nos encontros, estadual e nacional, promovidos pela AGPTEA.



Calvete: os culpados são os próprios líderes

Agora, após uma posição de destaque junto a Secretaria da Educação do Estado onde detinha a Coordenação do Ensino Técnico, criada no Governo de Antônio Britto, como também, assessorando a Superintendência do Ensino Profissional - Suepro -, vê-se completamente alijado do processo decisório ficando fora do órgão que idealizou e ajudou a criar, alertando professores, autoridades e legisladores, contra as aberrações do projeto Lei que pretendia terceirizar o ensino agrícola e/ou privatizar suas escolas.

Se existem culpados por esta situação, são os próprios líderes deste segmento que, quando deveriam unir-se em torno de um nome para assumir a Suepro, a vaidade, a disputa e as divergências político-partidárias, superaram as causas comuns da categoria, em prejuízo do ensino agrícola e da unidade de classe.

Esta omissão, neste momento, representa a derrocada do ensino agrícola. É lastimável que isso venha a ocorrer justamente agora, quando assume o Governo do Estado uma liderança popular sob a batuta de Olívio Dutra.

POA/março/99

Prof. Luiz Calvete Corrêa

As ofertas separadas oneram o estudante que trabalha

com taxa de desemprego alta e com essa crise da moda, preparar para o mercado é emergencial", argumenta. "Se as escolas tivessem essa percepção, procurariam trabalhar pelo

III ENSBIEA

IV - Encontro Sulbrasileiro de Ensino Agrícola
XIV - Encontro Estadual de Ensino Agrícola

TEMAS

- * AÇÃO DA SUEPRO NO ATUAL GOVERNO
- * ATUAL CONJUNTURA SÓCIO ECONÔMICA E O PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

OFICINAS

- * AGROINDUSTRIA
- * DIVERSIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE
- * AGROTÓXICOS
- * MEIO AMBIENTE

LOCAL

Colégio Teutônia

Rua Asido Dreyer, 154 - Bairro Teutônia
Teutônia - RS CEP 95890-000
Fone/Fax (051) 762-6025 & 762-6022
Ramal 213

DATA

**02, 03 e 04
de Junho de 1999.**

PROMOÇÃO

AGPTEA

**ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES
TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA**

APOIO

Colégio Teutônia

Banco do Brasil

Cooperativa Languiru

CBPEA

Bansicredi Banrisul

Certel

Elegê Alimentos S/A

30 anos de Luta

AGPTEA

